

Indústria Química

Basf tem produto interdito em Guará

Anvisa constata irregularidade em 800 mil litros de agrotóxicos na unidade; multa pode chegar a R\$ 1,5 mi

Cláudio Capucho

Alexandre Alves
São José dos Campos

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) interditou 800 mil litros de agrotóxicos fabricados na Basf, em Guaratinguetá, após encontrar irregularidades no processo de fabricação dos produtos.

Segundo o órgão, a empresa, que tem cinco dias para apresentar sua defesa, pode ser multada em até R\$ 1,5 milhão.

Seis produtos foram impedidos de serem comercializados temporariamente (veja quadro nesta página).

Entre eles, aparece o agrotóxico Opera, um dos mais vendidos pela Basf no Brasil. Também foram vetados Fastac 100 SC, Imunit, Nomolt 150, Standak, Envoy e mais diversos componentes e produtos técnicos.

Fiscais da Anvisa estiveram na empresa entre 3 e 5 de março e constataron diversas irregularidades, como uso de ingredientes com prazo de validade vencido, falta de controle de qualidade das pré-misturas dos componentes e diferenças entre a quantidade das pré-misturas e a do produto final.

Além disso, os fiscais da agência identificaram que cada lote de agrotóxico possuía mais de 2.000 litros de substâncias desconhecidas que não podiam ser identificadas e nem rastreadas. Os dados do sistema da Basf também não conferiam com os da linha de produção.

"Agrotóxicos são produtos com alto risco para saúde e meio ambiente", alertou o diretor da Anvisa, José Agenor Álvares. "Problemas na produção deles aumentam significativamente as chances do desenvolvimento de diversos agravos à saúde, como câncer e toxicidade reprodutiva, em trabalhadores rurais e consumidores."

INTERDIÇÃO - As irregularidades provocaram a interdição dos agrotóxicos por 90 dias, prazo em que os produtos não poderão ser comercializados pela companhia. A Basf terá cinco dias úteis, a contar de ontem, para apresentar a contraprova para o órgão regulador.

Em nota, a multinacional alemã informou que segue as normas do setor e que irá cumprir a determinação da Anvisa (leia texto nesta página).

Alvares informou que as infrações encontradas podem ser penalizadas com a aplicação de multas de até R\$ 1,5 milhão e com o cancelamento dos informes de avaliação toxicológica dos agrotóxicos em que foram identificadas as irregularidades.

Caso haja a verificação de crime ou de outras irregularidades, além das administrativas, continuou o diretor da Anvisa, os procedimentos serão encaminhados para a Polícia Federal e para o Ministério Público Federal.

NORMAS - "Nosso intuito não é multar ou fechar a empresa, mas fazer com que ela siga rigorosa-

mente as normas da vigilância sanitária", afirmou Álvares.

Segundo ele, a fiscalização faz parte da estratégia da Anvisa de monitorar o setor de fabricação de agrotóxicos.

"Estamos à disposição da Basf para reuniões e esclarecimentos técnicos", disse ele.

No ano passado, a agência visitou seis empresas, número que pretende superar em 2010.

Os dados coletados pelos fiscais da Anvisa são repassados para o Ministério da Agricultura, órgão que tem a atribuição de certificar os agrotóxicos fabricados no país.

PROBLEMAS - Segundo Álvares, os técnicos passaram por dificuldades para conseguir fiscalizar as instalações de produção da Basf.

"Com os nossos fiscais dentro da fábrica, as luzes foram apagadas, máquinas paradas e os responsáveis se negaram a assinar alguns documentos", apontou o diretor da Anvisa.

A operação, disse ele, contou com o apoio de agentes da Polícia Federal de Cruzeiro e técnicos da Vigilância Sanitária de Guaratinguetá.

Problemas na produção deles aumentam as chances de diversos agravos à saúde, como câncer e toxicidade reprodutiva, em trabalhadores rurais e consumidores.

Do diretor da Anvisa,
José Agenor Álvares

Trabalho

Fábrica fecha e demite 350 em Caçapava

Indústria de vidro CVL suspende atividades até junho; sindicato programa mobilização para evitar desemprego

Caçapava

A CVL Componentes de Vidro vai fechar a fábrica de Caçapava até junho deste ano e demitir cerca de 350 trabalhadores. Destes, perto de 115 são funcionários diretos da empresa, que produz vidros para lâmpadas. Os demais trabalham em firmas contratadas que prestam serviço para a CVL.

O anúncio do fechamento da unidade pegou de surpresa a sede regional do Sindicato dos Vidreiros de São Paulo, que planeja organizar mobilizações na portaria da fábrica para tentar reverter as demissões.

O diretor Francisco Correia e outros membros do sindicato participam hoje, às 10h, de uma reunião com diretores da CVL. Eles discutirão o processo de fe-



PRODUÇÃO INTERDITADA Fachada da Basf de Guará teve 800 mil litros de agrotóxicos interditados pela Anvisa após técnicos do órgão terem constatado irregularidades no sistema de fabricação dos produtos

Saiba Mais

PRODUTOS AGROTÓXICOS INTERDITADOS		
Interdição: 800 mil litros de agrotóxicos	Imunit Ingredientes: alfacipermetrina e teflubenzuron Uso: algodão, milho, soja e trigo	Standak Ingrediente: Fipronil Uso: algodão, arroz, cevada, feijão, milho, pastagens, soja e trigo
Motivos: falta de controle dos componentes utilizados na formulação, quantidade das pré-misturas utilizadas não fecham com a quantidade final de produto e uso de componente vencido para a formulação	Nomolt 150 Ingrediente: teflubenzuron Uso: algodão, batata, café, fumo, milho, repolho, soja e tomate	Envoy Ingredientes: epoxiconazol e piraclostrobina Uso: amendoim, café, milho, soja e trigo
PRODUTOS: Fastac 100 SC Ingrediente: alfacipermetrina Uso: algodão, milho e soja	Opera Ingredientes: epoxiconazole e piraclostrobina Uso: amendoim, aveia, banana, café, cevada, milho, soja e trigo	Componentes e produtos técnicos Uso: formulação de agrotóxicos Problema: prazo de validade vencido ou sem prazo de fabricação ou de validade Fonte: Anvisa

chamento da fábrica e, caso seja irreversível, estudarão um pacote de benefícios que será oferecido para os demitidos.

A CVL anunciou o fechamento da fábrica de Caçapava como parte de um processo de desligamento de outras unidades, instaladas em nas cidades de Santo André e Mauá e na Colômbia.

Formada por uma joint-venture (associação) entre a Philips Lighting Holding, da Holanda, e a Osram GmBH, da Alemanha, a CVL produz vidros alcalinos para aplicações na indústria da iluminação, como tubos para lâmpadas fluorescentes e bulbos para lâmpadas incandescentes. Por dia, são produzidos na fábrica cerca de 100 toneladas de vidro.

"A Philips e a Osram estão diminuindo a participação no mer-

Trabalhador ameaça parar a Usiminas

Taubaté

Os trabalhadores da Usiminas, em Taubaté, podem paralisar as atividades a partir de hoje em protesto contra o valor pago pela empresa referente à segunda parcela da PLR (Participação nos Lucros ou Resultados) de 2009. Se as negociações não forem retomadas, os 400 funcio-

nários pretendem deflagrar greve por tempo indeterminado. O impasse começou na última sexta-feira, ocasião que os trabalhadores receberam R\$ 274 referente à última parcela da PLR. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos, o acordo era que o pagamento fosse de R\$ 1.700, totalizando o total de 2009 fixado em R\$ 2.300.

OUTRO LADO - A Usiminas admitiu que teve a receita afetada no ano passado e que o acordo do PLR está baseado no resultado financeiro. Segundo nota, a segunda parcela ficou condizente com esse contexto econômico. A empresa reforçou que está disponível para diálogo.

cado de produção de lâmpadas e, por isso, estão fechando a CVL em Caçapava. A produção segue até maio, quando ainda há pedidos", disse Correia, que se reuniu com diretores da empresa na semana passada, quando a fábrica ficou parada por quatro horas em protesto contra as demissões.

Segundo ele, o Sindicato dos Vidreiros vai reivindicar um pacote de benefícios que incluía extensão do convênio médico, pagamento de salário para cada ano trabalhado e apoio para a recolocação dos demitidos no mercado de trabalho.

OUTRO LADO - O valeparaibano procurou ontem a direção da CVL para explicar o fechamento. Porém, nenhum diretor foi encontrado para comentar o assunto.

Conta de Luz

Cientes enfrentam fila para reclamar

Pedro Augusto
São José dos Campos

Muitas filas, longas esperas e contas com valores exorbitantes são alguns dos problemas enfrentados pelos quase 600 consumidores que vão diariamente ao escritório da Bandeirante Energia em São José dos Campos.

O problema é semelhante ao ocorrido em Taubaté, onde também há formação de longas filas diariamente, como mostrou o **valeparaibano** na semana passada.

A comerciante Auxiliadora de Araújo, 50 anos, relata que gasta em média R\$ 110 com conta de luz e que no mês de fevereiro o valor subiu para R\$ 4.000.

"Já faz três dias que tento resolver o problema com a Bandeirante e não consigo", disse.

Além das contas com valores

equivocados, outros transtornos como a dificuldade em imprimir a segunda via de pagamento são comuns entre os reclamantes. "Esperei 40 minutos para imprimir a segunda via, mas os terminais estavam com defeito", disse o aposentado Olavo Procópio, 52 anos.

Após mais de uma hora para ser atendida, a dona de casa Josefina Silvino da Cruz, 49 anos, disse que há cinco meses não recebe as contas em sua residência. "Hoje conversei com os funcionários da empresa e eles não chegaram a uma solução", afirmou.

OUTRO LADO - Segundo o gestor executivo de Relacionamento com o Cliente da Bandeirante Energia, Marcos Scarpa, no final do ano, a companhia teve problemas com a empresa responsável pela leitura e entrega das con-



Antônio Bastião

RECLAMAÇÃO

Fila ontem em frente à Bandeirante; consumidor reclama de valor errado ou falta de entrega da conta

tas de luz. "Dessa forma, no início do ano, houve uma licitação e uma nova empresa foi contratada para o serviço", disse.

Ainda segundo ele, é normal que nesse período de transição existam problemas relacionados aos valores das contas já que a nova contratada precisa de tempo para se adaptar. "A atual empresa ainda não conhece, por exemplo, todos os roteiros para efetuar a leitura dos relógios. Acredito que no final de maio o serviço de atendimento, bem como os problemas com os valores, estejam normalizados."

RECLAMAÇÃO - O diretor do Procon de São José, Sérgio Werneck, disse que, dos 73 processos abertos contra a Bandeirante em 2009, 37 não foram solucionados. "Esse número reflete uma empresa que deixa a desejar. Sendo assim, o Procon estará sempre aberto aos consumidores que estiverem enfrentando problemas."

O telefone do Procon de São José é o (12) 3909-1440